

Presidente vai mudar ministério

ACM assegura que troca acontecerá após a definição do mandato

Presidente já vê a luz no fim do túnel

Brasília. — O presidente José Sarney declarou ontem, em seu programa **Conversa ao Pé do Rádio**, que "todas as indicações nos levam a afirmar que estamos chegando ao fim da mais longa e mais difícil crise que tivemos em nossa história, e tive de presidir, em razão do meu cargo".

O Presidente referiu-se novamente à Constituinte, que "está chegando à parte final dos seus trabalhos", o que significa que "nós estamos eliminando os maiores desafios que, em razão da sua própria natureza, atingiram todos os setores da sociedade e fez com que o País, nesses dois anos, permanecesse numa efervescência política e num clima de interesses eleitorais que em muito prejudicou o debate aprofundado dos destinos nacionais, neste momento decidido de nossa história, porque não é fácil conviver com duas ordens jurídicas como estamos fazendo neste momento de transição democrática".

Politicamente, afirma o Presidente, há indícios de que os setores partidários dão sinais de que se organizam para melhor desempenhar as suas funções, "fugindo do radicalismo político, dando espaço ao bom-senso e a uma compreensão das dificuldades brasileiras". No futuro, continua, "ao estudarmos sem as paixões do presente os momentos que atualmente vivemos, vamos reconhecer o que foi feito e o trabalho que foi realizado pela tranquilidade e institucionalização do País".

Em seu programa, o presidente José Sarney referiu-se também a "outro problema sério", que é a negociação da dívida externa, que está chegando ao final. "Estamos reintegrando assim o Brasil à comunidade internacional, fazendo o melhor acordo que já foi feito com os países devedores". Segundo o Presidente, pelo acordo, o País terá um prazo de 20 anos e uma carência de oito anos para pagar a dívida externa. "Temos juros menores do que vínhamos pagando e spreads muito mais baixos", o que assegura, disse, a abertura de linha de crédito das agências oficiais internacionais e, "sem dúvida, a retomada dos investimentos".

O Presidente comemora também em seu programa de rádio a queda da taxa de inflação. "Este mês, todos anunciavam, isto é, aqueles que faziam estatísticas terroristas, anunciavam numa disparada incontrolável da taxa inflacionária, e ela se situou menor do que a do mês passado, isto é, em 17,78%". A taxa de desemprego, disse o presidente José Sarney, continua baixa, "o que assegura que não estamos entrando na recessão, que o País continua crescendo". A taxa de desemprego apresenta mesmo uma leve queda, observa ele.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, confirmou ontem que o presidente José Sarney pretende trocar alguns ministros depois que for definido a duração do seu mandato, mas ele negou que a mudança represente uma reforma ministerial.

Antônio Carlos Magalhães não quis citar nomes, mas quando um repórter perguntou se os ministros da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique; e da Previdência e Assistência Social, Renato Archer, seriam demitidos, ele afirmou que eles são "bons rapazes".

Ao ser indagado porque os ministros "ulyssistas" não participam das reuniões que são realizadas para analisar o quadro político de apoio aos cinco anos, ele argumentou que ao jantar com o presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães fala por todos eles. "Mas podem partici-

par porque a reunião é aberta".

Se as últimas reuniões forem tomadas como exemplo, o ministro Antônio Carlos Magalhães não tem razão, porque os ministros são convocados, e geralmente são os mesmos, ao total de 10. A maior reunião foi realizada na segunda-feira, quando 11 ministros foram chamados.

Além de Antônio Carlos Magalhães, participam os ministros: José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jäder Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; João Alves Filho, do Interior; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio; Hugo Napoleão, da Educação; Borges da Silveira, da Saúde; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; e Iris Rezende, da Agricultura.

Ulysses: 5 anos vencem

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelou ontem que tem recebido informações e números dando conta de que a "preponderância de votos" no plenário é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ele acredita que na próxima semana essa questão será decidida pela assembléia, porque "ninguém está interessado em retardar indevidamente as votações". Ulysses esquivou-se de dizer qual será seu voto, se der um empate. "A nação vai saber na hora", disse ele.

O deputado não quis prever também o dia da votação do mandato. Acha apenas que será possível na próxima semana, por ser um dos primeiros artigos das Disposições Transitórias que começará a ser votado assim que ficar decidido o capítulo sobre os índios,

que ainda estava sendo negociado ontem.

Técnica e regimentalmente há condições de se votar na próxima semana. Politicamente eu não sei, porque isso vai depender das lideranças e do plenário — afirmou.

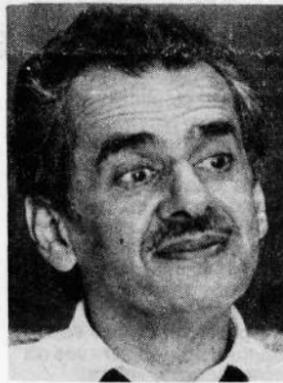
Ele disse que não vê inconveniente em que o mandato seja votado com o presidente Sarney ausente do País. Mas não acredita que isso ocorra porque a viagem do Presidente da República para Nova Iorque está marcada para o próximo dia 5. Mesmo assim, Ulysses não se furtou em avaliar a hipótese de isso acontecer.

O presidente da Constituinte passará o fim de semana e o feriado de segunda-feira em Brasília, estudando a possibilidade regimental de ser feita uma fusão de emendas, através de acordo, sobre parte das Disposições Transitórias.

Simon virá para almoço

Porto Alegre — O governador Pedro Simon revelou ontem ter recebido um convite para um almoço na próxima quinta-feira com o presidente José Sarney. Ele aceitou prontamente mas não soube precisar os motivos do encontro e tampouco se dele participarão outros governadores. Contudo, Simon acha que a discussão da duração do mandato do Presidente não deve ser motivo de conversa. Simon não esteve na última reunião de governadores, em Brasília.

— Pelo que tenho observado nos meios políticos nacionais, já está garantido o mandato de cinco para o presidente Sarney — afir-



Simon Simon, para quem, inclusive, no dia do almoço a própria Constituinte talvez já tenha votado.

JULIO ALCANTARA



Antônio Carlos não quis revelar quem vai sair, mas diz que Archer e Luiz Henrique são bons rapazes

Cincoanistas ficam mais otimistas

Em nova avaliação sobre a votação do mandato do presidente Sarney, o "conselho dos cinco anos", ministros e líderes governistas concluíram que a situação "é cada dia mais favorável".

O líder do PFL, José Lourenço, após a reunião informou que vários parlamentares que votaram em março a favor do mandato presidencial de quatro anos "vão votar por cinco anos", mas não citou quaisquer nomes.

O deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA), filho do ministro das Comunicações, confirmou a previsão do líder.

"Muita gente está se convencendo de que seria uma loucura eleições presidenciais neste ano. Os parlamentares indecisos, sentindo a predominância do mandato de cinco anos, seguirão na onda da maioria" — comentou o líder do PFL.

José Lourenço está seguro de que a Constituinte definirá a duração do mandato de Sarney antes da viagem do presidente da República aos Estados Unidos, marcada para o dia

Governo trabalha por votação expressiva

"Hoje, estamos trabalhando para ter uma votação mais expressiva, porque isso fortalece o governo", afirmou ontem o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao deixar o Palácio da Alvorada, depois de participar da quarta reunião realizada nesta semana, para analisar o quadro de apoio aos cinco anos para o presidente José Sarney. O ministro garantiu que o mandato será aprovado por 325 a 330 votos, de acordo com os dados apresentados no encontro, que contou com a participação de 10 ministros de Estado, os líderes do governo no Congresso Nacional e os do PFL. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, prometeu repetir a "dose da superterça", quando foi aprovado o sistema presidencialista.

A expectativa é que o mandato seja votado na próxima quarta-feira. Antônio Carlos Magalhães afirma que "qualquer demora para aprovar o mandato é procrastinação contra o Brasil", argumentando que a definição da questão facilitará os acordos externos, assim como a política interna, mas negou que o Governo esteja sendo pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), observando que o Brasil não aceita pressão de órgão internacional. Se precisar recorrer ao FMI para obter dinheiro para o País, ele acha que isso deve ser feito.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, informou

que vai passar o feriado em Brasília, para mobilizar a bancada do partido para estar em Brasília depois da terça-feira. Ele reconhece que vai ser muito difícil repetir a mobilização conseguida nesta semana, quando apenas dois constituintes do PFL faltaram à votação. Ele admitiu que a transferência da decisão para a próxima quarta-feira não foi bom para o Governo, e disse que a obstrução da oposição foi no "sentido discriminatório". Ele acha que a presença será maciça, porque já recebeu a garantia que os dois faltosos também estarão presentes.

Lourenço não acredita no surgimento do buraco negro, falta de entendimento, porque "isso é o pior que poderia acontecer para o País", observando que o bom-senso recomenda o consenso para a aprovação das 63 emendas, sugerindo a formação de uma comissão de alto nível para negociar as matérias comuns, enquanto que os assuntos polêmicos serão votados de forma isolada. Lourenço não concorda com a visão do líder do PMDB, senador Mário Covas, que mandou o Centrão colocar seus constituintes em plenário para proporcionar quorum para aprovar o mandato.

O deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do governo na Câmara, também não acredita no buraco negro, dizendo que a votação a partir de terça-feira entra no processo irreversível, porque a mobilização está sendo fei-

ta para aprovar o texto do Centrão, por uma larga maioria de votos. Depois de aprovada a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB/PR), que garante os cinco anos para Sarney, e o problema da anistia, "nós poderemos sentar para fazer uma fusão", disse.

A posição adotada pelo senador Mário Covas foi duramente criticada pelos líderes. Enquanto Lourenço disse que Covas pode estar se tornando muito amargo, devido a sua decisão de deixar o PMDB, Sant'Anna foi mais contundente: "Será que até lá ele é líder do PMDB?", perguntou, e garantiu que a dose da superterça, quando foram aprovados o sistema de governo e o mandato dos futuros presidentes, será repetida. Para isso, a liderança do governo ficará reunida em Brasília no feriado.

Da reunião participaram, além de Sant'Anna, Lourenço e Antônio Carlos, os ministros José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jäder Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; João Alves Filho, do Interior; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio; Hugo Napoleão, da Educação; Borges da Silveira, da Saúde; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; e Iris Rezende, da Agricultura. Também compareceram o chefe da assessoria política da Presidência, Thales Raimundo; e o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado.